

Análise Econômica

FLUTUAÇÃO CAMBIAL E METAS INFLACIONÁRIAS EM
ECONOMIAS EMERGENTES
OTAVIANO CANUTO E MÁRCIO HOLLAND

A TEORIA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS E A TEORIA DOS PREÇOS DE
PRODUÇÃO
LÓIZ ALBERTO ESTEVES

A ECONOMIA EVOLUCIONISTA: UM CAPÍTULO SISTÊMICO DA
TEORIA ECONÔMICA?
HUGO E. A. DA GAMA CERQUEIRA

RELAÇÃO INFLAÇÃO-PRODUTO NO BRASIL NO PERÍODO PÓS-
REAL
MARCOS C. HOLANDA

DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL BRASILEIRA: HISTÓRIA
RECENTE E PERSPECTIVAS EXPLOSIVAS
ROGERIO MEURER E ROBERT WAYNE SAMOHL

A CEPAL E A INTEGRAÇÃO REGIONAL LATINO-AMERICANA
JACQUELINE A. HERNÁNDEZ HAFNER

POPPER, HAYEK E A (IM)POSSIBILIDADE DE PREDIÇÕES
ESPECÍFICAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
BRENIA PAULA MAGNO FERNANDEZ

DINÂMICA RECENTE DO PROCESSO DE INCUBAÇÃO DE
EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NO BRASIL
EDUARDO GONÇALVES

TRIBUTAÇÃO COM SACRIFÍCIO EQUITATIVO: O CASO DO
IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
STEFANO FLORISSI E EDUARDO PONTUAL RIBEIRO

A NOVA TEORIA DO IMPÉRIO E AS VELHAS TEORIAS DO
IMPERIALISMO
GENTIL CORAZZA

Ô ABRE ALAS - A NOVA INSERÇÃO DO BRASIL NA ECONOMIA
MUNDIAL
EMILIANO LUÍS KLEIN

ANO 20

Nº 37

Margo, 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof.ª Wrana Maria Panizzi

FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Pedro César Dutra Fonseca

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS

Diretor: Prof. Gentil Corazza

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Chefe: Prof. Luiz Alberto Oliveira Ribeiro de Miranda

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ATUARIAIS

Chefe: João Marcos Leão da Rocha

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Coordenador: Prof. Eduardo Pontual Ribeiro

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL

Coordenador: Prof. Jalcione Almeida

CONSELHO EDITORIAL: Carlos G. A. Mielitz Netto (UFRGS), Eduardo A. Maldonado Filho (UFRGS), Eduardo P. Ribeiro (UFRGS), Eleutério F. S. Prado (USP), Eugênio Lagemann (UFRGS), Fernando Cardim de Carvalho (UFRJ), Fernando Ferrari Filho (UFRGS), Fernando de Holanda Barbosa (FGV/RJ), Flávio Vasconcellos Comim (UFRGS), Gentil Corazza (UFRGS), Giacomo Balbinotto Neto (UFRGS), Gustavo Franco (PUC/RJ), Jan A. Kregel (Università di Bologna e John Hopkins University), João Rogério Sanson (UFSC), Joaquim Pinto de Andrade (UnB), Jorge Paulo Araújo (UFRGS), Juan H. Moldau (USP), Marcelo S. Portugal (UFRGS), Maria Alice Lahorgue (UFRGS), Paul Davidson (University of Tennessee), Paulo Dabdab Waquil (UFRGS), Pedro César Dutra Fonseca (UFRGS), Philip Arestis (South Bank University), Roberto C. Moraes (UFRGS), Ronald Otto Hillbrecht (UFRGS), Sabino da Silva Porto Jr. (UFRGS), Stefano Florissi (UFRGS), Werner Baer (Univ. of Illinois at Urbana-Champaign).

COMISSÃO EDITORIAL: Eduardo Augusto Maldonado Filho, Fernando Ferrari Filho, Gentil Corazza, Marcelo Savino Portugal, Paulo Dabdab Waquil; Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Fernando Ferrari Filho

EDITOR ADJUNTO: Gentil Corazza

SECRETÁRIA: Vanessa Hoffmann de Quadros

REVISÃO DE TEXTOS: Vanete Ricacheski

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

Os materiais publicados na revista *Análise Econômica* são da exclusiva responsabilidade dos autores. É permitida a reprodução total ou parcial dos trabalhos, desde que seja citada a fonte. Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para divulgação, elaboração de resenhas e resenhas. Toda correspondência, material para publicação (vide normas na terceira capa), assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. FERNANDO FERRARI FILHO

Revista *Análise Econômica* – Av. João Pessoa, 52

CEP 90040-000 PORTO ALEGRE - RS, BRASIL

Telefones: (051) 316-3348 e 316-3440 – Fax: (051) 316-3990

E-mail: rae@vortex.ufrgs.br

Análise Econômica

Ano 20, nº 37, março, 2002 - Porto Alegre

Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, 2000

Periodicidade semestral, março e setembro.

1. Teoria Econômica - Desenvolvimento Regional -

Economia Agrícola - Pesquisa Teórica e Aplicada -

Periódicos. I. Brasil.

Faculdade de Ciências Econômicas,

Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CDD 330.05

CDU 33 (81) (05)

A CEPAL e a integração regional latino-americana*

*Jacqueline A. Hernández Haffner***

Resumo: Neste trabalho apresenta-se um levantamento sobre os principais aspectos apontados pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) para promover a integração latino-americana. Para tal, realizou-se uma análise da evolução histórica destas idéias no período que vai desde a criação da instituição em 1948 até o final da década de 1990.

Palavras-Chave: integração latino-americana, CEPAL.

Abstract: In this work a survey is presented on the main aspects pointed by the Economic Commission for Latin America and Caribbean (ECLAC) to promote the Latin-American integration. For such, it was made an analysis of the historical evolution of these ideas in the period that is going from the creation of the institution in 1948 to the end of the decade of 1990.

Key words: Latin-American integration, ECLAC.

1 Introdução

Esta pesquisa aborda um tema de crescente importância na presente fase histórica latino-americana, que tem, a partir da década de 1990, se caracterizado por uma acentuada retomada dos processos de integração, tanto em âmbito mundial como latino-americano. Neste sentido, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) tem, desde seu início, realizado trabalhos com o objetivo de apontar os possíveis benefícios decorrentes deste processo, se colocado em prática. Segundo José Antonio Ocampo, atual Secretário Executivo da Comissão, "a integração foi e continua sendo um sonho Cepalino". Sugere, ainda, que a integração econômica foi considerada pela CEPAL como um instrumento básico para superar o problema dos fechados mercados nacionais.

*A autora agradece a colaboração do Professor Pedro C. D. Fonseca ao longo desta pesquisa.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Departamento de Economia.

E-mail: jahaffner@ppge.ufrgs.br

Tendo por base as idéias integracionistas da instituição, tenta-se verificar neste artigo se realmente o pensamento latino-americano, assim formulado, firmou-se ao longo das cinco décadas de existência da instituição. Também, pretende-se verificar se esta teoria continua em pauta para a realidade latino-americana ou se ela se perdeu no tempo em função dos problemas crescentes vividos na América Latina e dos entraves estruturais e políticos que caracterizam a região, e que, certamente, dificultam qualquer política desta envergadura.

Para atender aos objetivos deste trabalho, dividiu-se a evolução da teoria da CEPAL que trata de integração em três momentos. O primeiro, em que se abordam as idéias iniciais da instituição na década de 1950 como um todo. O segundo, quando se verifica o curso que tomou a industrialização e a integração entre 1950 e 1980. E o terceiro momento, em que se apresentam as novas idéias sobre integração propostas pela CEPAL na década de 1990, que marcariam um novo momento da instituição, denominado por alguns autores como a "Nova CEPAL". Por último, apresentam-se as conclusões da pesquisa.

2 As primeiras idéias sobre integração da CEPAL

A CEPAL teve como princípio norteador desde sua criação, em 1948, a promoção do desenvolvimento latino-americano. As relações econômicas entre o que ela denomina de centro (países centrais) e a periferia (países periféricos) e a industrialização da América Latina constituem o pensamento básico da instituição. O sistema centro-periferia explica a forma particular pela qual os países em desenvolvimento se vinculam economicamente aos desenvolvidos. A estrutura das relações econômicas internacionais faria com que os países latino-americanos se caracterizassem pelo fato de ter uma alta proporção de exportações compostas por produtos básicos, cuja demanda mundial se expandiria lentamente, e, em contrapartida, importariam bens de tecnologia mais avançada, cuja demanda cresceria rapidamente. Isto geraria uma tendência sistemática de *déficit* comercial porque as necessidades de importação cresceriam mais rapidamente do que as das exportações (CEPAL, 1987, p. 9). Desta forma, relacionam-se as causas pelas quais a América Latina obteria uma renda média inferior à dos países industrializados. O problema, segundo Prebisch, reside no fato de que os países latino-americanos fariam parte de um sistema de relações econômicas internacionais, que ele denomina "centro-periferia", onde os pa-

íses industrializados seriam o centro e os não-industrializados a periferia (Gurrieri, 1982, p. 15).

Desta forma, segundo a instituição, para que houvesse uma mudança no modelo econômico existente, seria necessário romper a estrutura centro-periferia e modificar o tipo de especialização dos países não-desenvolvidos para um tipo de desenvolvimento que mantivesse exportações manufaturadas competitivas com as dos centros industrializados. Dentro desta dinâmica econômica, a industrialização substitutiva não era uma estratégia a longo prazo, mas sim uma tática de transição para atingir um novo estágio de especialização internacional que levaria a inserção dos países da região ao comércio internacional de uma forma mais competitiva.

A partir da segunda metade da década de 1950, a CEPAL começa a sistematizar as propostas relativas à integração regional, como forma de avançar na proposta inicial da instituição, praticada no final da década anterior. Esta mudança se deu basicamente pela constatação de que a substituição de importações não estava sendo realizada como se esperava, ou seja, a América Latina vinha crescendo desde a metade da década de cinquenta de forma lenta, sendo que este crescimento estava trazendo poucos benefícios para grande parte da população que se mantinha excluída da atividade econômica. Na verdade, a região não havia conseguido taxas de crescimento razoáveis necessárias ao pleno aproveitamento dos recursos humanos e naturais disponíveis, o que fazia com que, segundo a formulação teórica da instituição, não houvesse uma elevação sustentada da produtividade, ao mesmo tempo que as desigualdades salariais nas diferentes camadas sociais continuavam acentuadas. Entendia-se, desta forma, que as grandes diferenças existentes entre os centros industriais e a periferia destes centros persistiam e influenciavam de uma forma negativa os países em desenvolvimento.

A CEPAL pensava que, para que industrialização substitutiva fosse a base das exportações industriais para os grandes centros consumidores, era fundamental que fossem aplicados dois tipos de políticas: uma de integração regional progressiva e outra de incentivos. Neste sentido, deveria ser dada uma atenção especial às reformas periódicas das taxas alfandegárias, que seriam a proteção da periferia em relação ao centro, ou seja, desta maneira, os produtos menos especializados e produzidos de forma menos eficiente seriam menos prejudicados pelos produtos dos grandes centros industriais.

A integração nascia, assim, como uma necessidade associada à substituição de importações. Na verdade, esperava-se que, num estágio mais avançado do processo de industrialização, e no momento que houvesse um esgotamento desta questão, pudesse se chegar à integração. A teoria Cepalina apontava neste sentido, que a industrialização deveria se projetar além da substituição de importações, já que, como fora verificado, este era um processo que impunha altos custos de capital, protecionismo e mudanças nos comércios nacionais. Alertava-se, desta forma, para as limitações no longo prazo desta proposta de industrialização. A estratégia de integração regional da CEPAL ressaltava que esta seria uma fase na qual se atingiriam grandes avanços nas economias nacionais, nas quais se expandiria o espaço econômico e onde poderiam ser obtidas economias de escala, coordenando as políticas nacionais de industrialização. Poderiam, ainda, ser melhorados a eficiência e o balanço de pagamentos, expandindo-se o emprego e a renda, pela diminuição dos custos unitários da produção. Desta forma, os países entrariam no caminho do crescimento de longo prazo. (Salazar, 1993, p. 32).

Vale salientar que a integração não era vista pela CEPAL como uma alternativa ao desenvolvimento, mas como um complemento da proposta inicial da instituição, pelas dificuldades que se havia encontrado para concretizar a industrialização da América Latina, haja vista os fortes problemas estruturais da região, que a colocavam em franca desvantagem frente aos países industrializados. Sendo assim, esta política faria parte da política global dos países em desenvolvimento, ajudando a romper com a baixa produtividade e a insuficiência de dinamismo destas economias.

O mercado comum daria, assim, a opção de desenvolver exportações industriais para outros países que não eram parceiros comerciais habituais em certos setores da produção destas nações e de procurar neles produtos não existentes nos mercados nacionais. Desta forma, então, os países periféricos seriam obrigados a substituir e, ao mesmo tempo, poderiam propiciar uma saída às limitações impostas pelos fechados mercados nacionais. Portanto, em vez de implantar toda forma de indústrias substitutivas, cada país poderia se especializar nas áreas que considerasse mais conveniente segundo seus recursos naturais, amplitude da população e possibilidades do próprio mercado (Prebisch, 1959a, p. 476).

O mercado comum é considerado pela CEPAL como um objetivo de longo prazo, o qual deveria estar sempre presente nas políticas

de desenvolvimento, mas que somente poderia ser alcançado em etapas, respeitando-se as especificidades e o grau de desenvolvimento de cada país. Num primeiro momento, o processo deveria limitar-se a fixar metas parciais, mas exeqüíveis, que todos os países participantes pudessem atingir. A primeira etapa teria como objetivo uma redução substancial do nível médio das tarifas alfandegárias num prazo de 10 anos. Numa segunda etapa, partir-se-ia para uma nova negociação, na qual se determinaria como prosseguir com essa política de desenvolvimento e integração (Macadar, 1992, p. 72).

O tratamento dado às tarifas era um ponto importante a ser considerado. A redução desejável de tarifas, até atingir o nível médio, não seria uniforme, mas estabelecer-se-ia conforme grupo de países e categorias de produtos. Portanto, haveria um tratamento diferenciado, de acordo com o grau de desenvolvimento relativo dos países, para evitar que os benefícios fossem distribuídos de forma desigual entre eles.

Segundo Prebisch, a implantação gradual do mercado comum tornaria possível ir compensando, pelo menos em parte, a diminuição do coeficiente de importações do resto do mundo com o aumento do coeficiente de importações recíprocas da região (Prebisch, 1959, p. 472). O autor se apoiava no argumento de que a América Latina tinha um coeficiente médio de importações totais de 7,7%, na época, do qual o comércio inter-regional representava 1,7%; em comparação, a Europa tinha um coeficiente total de importações de 18,5%, do qual 50% correspondiam ao intercâmbio inter-regional e os 50% restantes, ao resto do mundo. Os Estados Unidos mantinham um coeficiente de importações com o resto do mundo menor do que o da Europa e níveis mais elevados de comércio inter-regional. Desta forma, segundo Prebisch, a fonte principal de crescimento dentro do mercado comum seria precisamente a expansão recíproca das exportações industriais entre os membros. Mediante o estímulo deliberado da integração econômica, os países da América Latina poderiam incrementar significativamente as taxas de crescimento industrial (Prebisch, 1949, p. 105).

Neste sentido, as possibilidades de ampliar as exportações industriais com o resto do mundo estariam ligadas principalmente a dois fatores: a competitividade da América Latina, e a disposição dos centros industriais de aceitar a entrada destes países nos seus mercados. Contudo, a evolução da competitividade dependeria do desenvolvimento eficaz da integração econômica regional e da revisão periódica das taxas aduaneiras de proteção externa (Idem, p. 474).

Por estes motivos, a nova política comercial a ser criada deveria estar ligada ao desenvolvimento gradual das exportações industriais para o resto do mundo. As formas de intercâmbio que surgem, nascem com o intuito de serem recíprocas e vantajosas, e de proporcionarem um intercâmbio industrial muito diferente, pelo seu significado, do anteriormente praticado no comércio internacional de matérias-primas por produtos elaborados e, em definitivo, esperava-se romper com o sistema centro-periferia e com as disparidades regionais.

Sendo assim, a integração econômica viabilizaria que a deformação do intercâmbio fosse corrigida lentamente e preveniria esta situação nos países onde ela não houvesse sido registrada. Na verdade, o mercado comum representava um esforço no sentido de criar um novo sistema para desenvolver o intercâmbio latino-americano, adequado a duas grandes exigências: a industrialização e a necessidade de atenuar a vulnerabilidade externa dos países da América Latina (Prebisch, 1959, p. 479).

Em síntese, esta visão de longo prazo idealizada por Prebisch incluía uma seqüência dinâmica que partia de um processo de industrialização substitutiva orientado para dentro, desenvolvido de forma eficiente através da integração progressiva de um mercado comum e revisões periódicas de taxas aduaneiras protecionistas, com o objetivo de transformar, gradualmente, o regime tradicional de especialização do modelo centro-periferia em um regime de comércio recíproco, mutuamente proveitoso, de produtos industrializados com os centros industriais (Salazar, 1993, p. 27). Desta maneira, os resultados positivos provenientes da integração se localizariam em três grandes frentes: crescimento econômico acentuado, expansão e diversificação das exportações e se avançaria na industrialização substitutiva.

3 A integração entre as décadas de 1950 e 1980

Como foi exposto na primeira parte deste artigo, a CEPAL fez um trabalho detalhado dos benefícios que os países da região obteriam se efetivassem a integração regional latino-americana. Cabe, então, perguntar: O que aconteceu com esta proposta?; Que curso tomaram estas idéias?; e o que foi implantado em termos concretos na região?. Estes aspectos tenta-se esclarecer na terceira parte deste trabalho.

Inicialmente, pode-se dizer que as idéias sobre integração tiveram uma boa acolhida, mas que os obstáculos de caráter estrutural foram

grandes, principalmente de ordem política e conjuntural. Igualmente, pode-se afirmar que, na década de 1950, as novas estratégias de industrialização que estavam sendo implantadas nos diversos países da América Latina pareciam proporcionar uma oportunidade única de criar mercados regionais e de melhorar a escala e a eficiência do processo de substituição de importações.

É importante salientar que, afora todos os benefícios econômicos que se apontavam como provenientes da integração, existiam, também, condições básicas, intrínsecas destes países, que propiciavam este processo. Estes aspectos estavam relacionadas com a cultura, idioma, religião, história similar de dominação por parte dos países colonizadores e a um intercâmbio turístico cada vez maior e motivado pelas migrações internas. Todas estas condições favoráveis facilitavam a integração e, por outro lado, faziam pensar que esta era uma proposta viável, não somente no aspecto econômico como também no que se referia às questões que caracterizavam de uma forma mais específica a região, que se resumia no ideal integracionista latino-americano, tão falado e tão pouco praticado.

Se existiam pontos positivos para chegar à integração, é relevante mencionar, também, que os empecilhos de caráter estrutural para atingi-la eram contundentes. O problema principal estava relacionado à história destes países, pelo tipo de colonização que sofreram, o que teria feito com que ficassem com uma tendência acentuada a se voltarem para o exterior e não para os países vizinhos. As práticas mercantilistas dos países colonizadores promoveram a produção de metais preciosos e de produtos agrícolas com um destino exclusivo, a metrópole, proibindo o comércio e a comunicação entre as colônias e destas com outros países, o que levava, em última instância, a criar dificuldade nos relacionamentos comerciais entre os países da região e a uma fragmentação dos mesmos em função dos diferentes estágios que se encontrava cada um. Desta forma, no momento em que se propõe a integração regional, encontra-se uma resistência a este tipo de comércio em função do passado histórico destes países e das suas estruturas iniciais de organização política e comercial, como também pelo diferente grau de desenvolvimento e pobreza em que se encontravam os países da América Latina, no período o que dificultava a colocação de políticas macroeconômicas em conjunto.

Mesmo com estes problemas estruturais tão enraizados na formação latino-americana, a partir de um certo momento, principalmente com a depressão de 1930 e as duas guerras mundiais, começaram a ser

percebidos os perigos da excessiva dependência externa, no que se referia à exportação e importação de produtos primários e industriais. Esta constatação, como apontado anteriormente, levou os dirigentes latino-americanos a pensarem seriamente na industrialização, no desenvolvimento e na integração regional, aspectos estes que haviam se tornado necessários e ao mesmo tempo factíveis de realizar. Em primeiro lugar, por estarem recém-lançadas as idéias da CEPAL, neste período do pós-guerra; e, em segundo, pelas condições benéficas do momento, em termos ideológicos, que faziam com que estes postulados fossem bem acolhidos pelos diferentes países latino-americanos.

Desta forma, com este sentimento integracionista fazendo parte do discurso da época nos países da região, a cooperação econômica passou a ser um objetivo explícito no final de 1950. Este movimento levou ao estabelecimento da Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) no final da década de 50, do Mercado Comum Centro-Americano, da Comunidade do Caribe (CARICOM) e, posteriormente, do Pacto Andino. O objetivo destas associações era criar um mercado mais amplo para as indústrias nacionais e, como proposto pela CEPAL, aproveitar as economias de escala e a especialização, com o intuito de atingir mercados mais desenvolvidos e competitivos.

Apesar do tempo e do esforço dedicado pelos governos a esta proposta, os resultados, mesmo sendo interessantes em alguns aspectos, deixaram muito a desejar neste período. Um indicador que evidencia este fato foi o pequeno desenvolvimento que atingiu o comércio dentro da América Latina, que nunca se elevou a mais de um quinto do comércio externo total, cifra não muito maior à atingida depois da Segunda Guerra Mundial, que fora propiciada pelos acordos bilaterais assinados no período.

Cabe salientar, mesmo assim, que alguns países obtiveram resultados positivos não no campo da integração mas no da energia e da infra-estrutura, como, por exemplo, a construção da estrada "Pan-Americana" no Chile e de outras estradas internacionais em diferentes países, que deixavam explícita a dificuldade física da integração regional. Os esforços realizados não conseguiram rebaixar as taxas internas nem conseguiram induzir as empresas privadas a explorar mercados maiores, nem a competir com atividades industriais mais protegidas e dinâmicas. O que se verifica é que os governos não tinham interesse nem condições de coordenar investimentos, tecnologia e mercados: esta era uma tarefa que se tornava muito difícil em se tratando de assuntos que envolviam mais de um país.

Em uma revisão crítica sobre a industrialização na década de 1960, a CEPAL verificou que os esforços realizados para aumentar a capacidade produtiva e o desenvolvimento industrial e tecnológico não foram exitosos. Este fenômeno se explicava pela forma como havia sido direcionada a industrialização substitutiva de importações. Reconheceu-se, neste momento, que os custos da substituição das importações estavam sendo muito elevados, e que era necessário um modelo que procurasse outras alternativas ao subdesenvolvimento latino-americano. Verificou-se, também, que este tipo de industrialização favoreceu o aparecimento de investimentos estrangeiros via empresas multinacionais. O desenvolvimento industrial proposto pela CEPAL era baseado, principalmente, no desenvolvimento das indústrias nacionais e dos produtos básicos de cada país, sendo que haveria restrições às importações de bens duráveis de consumo final. Mesmo com estas premissas voltadas a favorecer a indústria nacional, as empresas internacionais obtiveram muitas vantagens no período. Desta forma, os esquemas de integração regional facilitaram o enlace de subsidiárias das empresas multinacionais em distintos países entre si e com seus países sede. Por estes motivos, e pela forma como estava sendo realizada, a integração facilitou uma maior transnacionalização das economias.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os ideais integracionistas foram-se perdendo, assim como o interesse por parte dos governos, e a credibilidade que era dada a este tipo de iniciativa. Isto aconteceu, basicamente, porque os resultados obtidos não foram muito positivos. Na verdade, os fatos políticos de grande envergadura que tomaram conta do mundo e da América Latina no período fizeram com que a proposta de integração latino-americana fosse deixada um pouco de lado e que o foco de interesse fosse canalizado para outros aspectos da vida econômica. Pode-se apontar, neste sentido, a grande desestruturação política do começo da década de 1970 nos diferentes países da região, as crises do petróleo de 1973 e 1979, o aumento considerável da dívida externa, o rompimento de fluxo de capitais para a América Latina e a conseqüente queda dos empréstimos internacionais, nessa década e na seguinte. Assim, é relevante ressaltar que o endividamento externo dos países da América Latina na década de 1970 determinou uma deterioração dos termos do intercâmbio comercial, ou seja, foi um período em que as restrições externas fizeram com que o desenvolvimento destes países ficasse atrelado a fatores exógenos e a uma alta dependência externa.

Estes problemas enfrentados pela América Latina no período, dificultaram, como explicado anteriormente, a continuidade dos processos de integração regional, uma vez que o entorno internacional não era favorável a esta proposta. Fora as características complexas da época, no começo da década, se enfrenta outro problema de grande envergadura: é o colapso do sistema de relações econômicas internacionais de Bretton Woods que determina as reformas econômicas significativas pelas quais o mundo passa a partir de então e deixa à mostra a falta de articulação das economias latino-americanas frente aos novos acontecimentos mundiais.

Sendo assim, os ajustes econômicos que se viram prolongados entre as décadas de 1980 e começo de 1990 fizeram com que os problemas conjunturais, definitivamente, desviassem as atenções da integração regional, e estas fossem concentradas em outros aspectos prioritários para os governos da América Latina. O que se verifica é que, nas visões mais ortodoxas que dominaram a década de 1980 e nas concepções de desenvolvimento voltadas para a liberalização da economia, não havia um papel claramente definido para a integração. A política comercial tinha uma direção estabelecida: a abertura unilateral das economias, em que a integração não tinha lugar nem acolhida.

4 A retomada da integração na década de 1990

Quando se entra na década de 1990, a análise sobre a problemática da integração muda de contexto. Encontra-se um mundo totalmente transformado, uma América Latina se recuperando da "década perdida", da qual se tiraram grandes ensinamentos, segundo a CEPAL, ou seja, a partir do que foi entendido da crise da dívida externa e da década de 1980, das grandes dificuldades que passou a região no período e das transformações que aconteceram, tanto em nível político como econômico. A instituição, então, desenvolveu uma nova proposta para fazer frente aos problemas latino-americanos: é a "*Transformación productiva com equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el caribe en los años noventa*" (CEPAL, 1990). Segundo a própria instituição, este seria um enfoque ampliado das proposições anteriores deste órgão, que seria, também, fruto da profunda análise dos problemas latino-americanos vividos na década de 1980. Neste contexto, pode-se apreciar uma nova proposta da CEPAL diante do surgimento de uma nova ordem mundial, em que os países depararam-se com um avançado estado de globalização das economias nacionais.

A "Transformação produtiva com equidade" apresenta uma visão da economia diferente da neoliberal, no entanto não é estatizante nem se opõe à globalização, ou seja, percebe esta como um processo irreversível, em que as economias latino-americanas têm de entrar e se inserir da melhor forma possível. Por outro lado, continua a insistir na participação ativa do governo em todos os setores da vida econômica, respeitando os princípios do livre mercado. Esta nova matriz Cepalina indica, ainda, que ter uma visão macro dos problemas é importante, sem, contudo, que se esqueça dos investimentos produtivos e dos investidores privados, para que haja mercados disponíveis para o escoamento adequado dos produtos.

A nova proposta da CEPAL para a década de 1990 faz entender que é necessário ressaltar o esforço que a instituição tem feito para desenvolver importantes alterações no seu pensamento em função das oscilantes realidades da América Latina e do mundo. Nas novas idéias da instituição, uniram-se três eixos principais do pensamento Cepalino que têm permeado a instituição ao longo da sua história: a inserção internacional da América Latina, os mecanismo de transmissão do progresso técnico e a relação entre a equidade e o desenvolvimento. Esta nova etapa manteve a tradição dos elementos centrais deste pensamento: a visão histórica e estruturalista da realidade latino-americana. Tem-se dado, também, ênfase à participação das instituições no desenvolvimento, assim como permaneceu a preocupação em se manter diálogos freqüentes com os governos, salientando-se a necessidade de não se perder o enfoque multidisciplinar sobre os problemas da região.

Nesta nova estruturação do pensamento da CEPAL, pode-se apreciar que a preocupação da instituição, tanto com os mercados internos como com os externos na década de 1990, faz sentido, já que a nova organização mundial, via globalização, traz consigo uma profunda revolução científica e tecnológica que tem produzido grandes mudanças no sistema econômico, cultural e político e nas relações trabalhistas, tanto nacionais como internacionais. O setor privado também tem-se modificado, tendo participação crescente nas atividades que anteriormente eram de exclusividade do governo, sendo que esta temática tem levado internacionalmente a uma grande reformulação do relacionamento entre o Estado e o setor privado.

A globalização tem feito com que o setor privado interfira nos mercados nacionais de forma crescente, o que tem levado a criar dificuldades na aplicação das políticas nacionais de desenvolvimento. Neste sentido, as negociações em nível de comércio internacional ou regio-

nal são tratadas de forma que não firam os interesses do setor privado internacional, o que acaba interferindo na conduta interna de cada país. Certamente, este tipo de conduta, inerente à globalização, não tem auxiliado em nada a questão da integração.

No que tange às dificuldades encontradas a partir da década de 1990 para se efetivar a integração regional, Tavares pondera que a temática preponderante tem levado os países latino-americanos a se sentirem muito mais limitados que em anos anteriores, no que se refere à integração, em função dos novos rumos que tem tomado a economia internacional. A autora declara que se têm verificado grandes oscilações entre acordos sub-regionais, como o Mercosul, a comercialização em blocos e a nova proposta de integração hemisférica proposta pelos EUA via criação da ALCA (Tavares, 1998, p. 15). Fato este que levaria os países latino-americanos de um extremo a outro, sem poder se fixar numa proposta mais contundente e relevante para as necessidades crescentes destes países, como fora apontado pela CEPAL desde seus primórdios.

No que se refere especificamente ao andamento da ALCA e da criação de uma zona de livre comércio nas Américas, a CEPAL aponta que se devem definir de uma forma clara os direitos e obrigações dos acordos regionais que já estão em pauta para que esta nova proposta não interfira nos mesmos, uma vez que os projetos de cada um são diferentes, ou seja, os acordos regionais existentes devem caminhar para uma união aduaneira e a ALCA para uma zona de livre comércio. Neste sentido, os Ministros de Comércio do hemisfério se comprometeram e sustentaram que a ALCA pode coexistir com acordos bilaterais e sub-regionais mas, para que isto aconteça, é necessário que sejam definidas estratégias coerentes a serem seguidas em cada um dos âmbitos mencionados (CEPAL, 2001, p. 209-210).

Embora haja uma proliferação de acordos bilaterais e do surgimento de diferentes fóruns negociadores no âmbito da integração, pode-se dizer que são inegáveis os avanços que se têm conseguido neste campo. Mesmo com todas as dificuldades apontadas até aqui, houve um aumento no comércio regional, ou seja, nos últimos anos, diante dos efeitos da prolongada crise da década de 1980 e das transformações no panorama internacional, a América Latina e o Caribe têm demonstrado crescente capacidade de resposta. Neste sentido, os governos e as sociedades civis têm procurado novas formas de adaptar-se às cambiantes circunstâncias para enfrentarem os grandes desafios que se apresentam neste contexto da integração regional.

Considerando as adversidades externas e internas encontradas pelos países da região, é importante ressaltar que nenhum dos esquemas regionais de integração foi dissolvido em função destes problemas e que os conflitos localizados não determinaram o estancamento total das relações comerciais entre os países latino-americanos. O que predominou foi a consciência de que a integração regional é um processo de longo prazo que não pode ser destruído por aspectos conjunturais, além disso, o compromisso do setor público e privado em manter em funcionamento os processos de integração demonstra que os países da região tem profundos interesses políticos, empresariais e econômicos na sua permanência. Os dados do Quadro 1 apresentam a evolução das exportações intra-regionais entre 1995-1999. Pode-se observar um crescimento entre os anos de 1995-1997, um ligeiro declínio no ano de 1998 e uma queda mais acentuada no ano de 1999, o que confirma as observações apresentadas anteriormente.

| Anos | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|-----------------------|------|------|------|------|------|
| Em Milhões de dólares | 42.6 | 46.4 | 54.7 | 52.9 | 44.3 |
| Bens Primários | 7.7 | 9.4 | 9.4 | 8.3 | 9.3 |
| Bens Secundários | 34.7 | 36.9 | 45.2 | 44.5 | 34.9 |
| Outros Bens | 0.2 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 |

Quadro 1: América Latina e o Caribe (incluindo o México): Composição setorial e evolução das exportações intra-regionais 1995-1999* (em milhões de dólares)

Fonte: CEPAL, 2001, p. 196.

* Informação correspondente a 17 países.

Neste sentido, pode-se apontar o Mercosul como eixo principal da dinamização dos processos de integração da região, em que o comércio interno entre o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Uruguai cresceu de U\$ 4 bilhões em 1991 para U\$ 18 bilhões em 2000. Outra tendência tem sido o ressurgimento de três acordos regionais que estavam um pouco esquecidos: o Grupo Andino, o Mercado Comum Centro-Americano e a Comunidade do Caribe (CARICOM). A Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), antiga Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), a maior e mais antiga no processo de integração da região, perdeu um pouco o sentido de sua existência

com a criação do Mercosul e com o ingresso do México no Mercado Comum da América do Norte (TLC), visto que estas associações tratam as negociações regionais em blocos menores que não abarcam todos os países latino-americanos.

O resultado deste novo dinamismo regional tem levado, como já exposto, a que o Mercosul alcance uma posição de destaque; os países do Pacto Andino e os da América Central, um pouco menos, e os países do Caribe têm-se comportado de uma forma pouco relevante no comércio regional. Segundo Sunkel, a expansão do comércio regional nos últimos anos teria aumentado consideravelmente, chegando em torno de 20% nos países integrantes da ALADI, sendo que, em países como Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, essa proporção teria chegado em torno dos 40% a 50%, e que, em países como Brasil, Chile, Colômbia e Venezuela, estas cifras teriam-se mantido mais baixas, mas, mesmo assim, teriam aumentado consideravelmente, principalmente no que se refere às exportações dentro da região (Sunkel, 1998, p. 11).

No quadro 2, pode-se observar o comportamento das exportações regionais e comprovar que, desde o final da década de 1980, as exportações medidas em dólares constantes têm aumentado a sua participação permanente em relação ao PIB, até atingir uma média próxima aos 19% no final da década de 1990, cifra esta que supera consideravelmente os índices registrados a partir de 1950, aspecto que vem a corroborar com a discussão sobre a nova dinâmica que tem tomado a integração latino-americana.

Esta tendência de aproximação dos países da região ressalta uma nova dinâmica regional, em que o tratamento preferencial dos associados, a liberação do comércio e a redução das taxas de importação farão com que o comércio flua mais facilmente. Por outro lado, pode representar uma recuperação dos mercados latino-americanos depois de um grande período de crise, pela proliferação dos tratados bilaterais e pelos acordos regionais, como foi explicado anteriormente.

Segundo Sunkel, os fatores mais importantes que teriam privilegiado a integração na década de 1990 seriam, inicialmente, a redução das taxas aduaneiras (ver gráfico 1), e a nova situação política da região, onde prevalecem os regimens democráticos, aspectos declarados pela CEPAL como fundamentais para alcançar a integração regional e de grande relevância para avançar nas negociações comerciais. Pode-se citar, também, como explicitado anteriormente, um fortalecimento do setor privado, em parte produto da privatização das empresas públicas, o que teria levado a um novo interesse por estabelecer vínculos comerciais com

países vizinhos, tanto nos investimentos como no comércio (Sunkel, 1998, p. 10). Por outro lado, verifica-se nesta nova etapa uma retomada de confiança por parte do setor privado nas transações internacionais e nos lucros que poderiam ser obtidos deste intercâmbio comercial.

| Sub-regiões/Países | 1950-1951 | 1960-1961 | 1970-1971 | 1980-1981 | 1989-1990 | 1997-1999 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Mercosul | | | | | | |
| Argentina | 6.5 | 4.8 | 4.6 | 5.0 | 9.0 | 11.8 |
| Brasil | 6.5 | 4.3 | 4.4 | 5.0 | 7.6 | 9.0 |
| Paraguai | 14.0 | 13.5 | 13.2 | 11.3 | 22.7 | 26.2 |
| Uruguai | 10.6 | 8.4 | 8.6 | 12.1 | 15.3 | 21.2 |
| Chile | 13.5 | 10.9 | 10.0 | 16.6 | 27.0 | 34.8 |
| Comunidade Andina | | | | | | |
| Bolívia | 35.1 | 23.7 | 24.4 | 15.1 | 18.7 | 20.4 |
| Colômbia | 11.4 | 10.7 | 9.9 | 8.7 | 13.1 | 16.7 |
| Equador | 7.5 | 9.7 | 10.1 | 17.4 | 23.5 | 30.3 |
| Peru | 9.4 | 14.6 | 11.7 | 10.8 | 10.5 | 13.8 |
| Venezuela | 59.1 | 55.7 | 45.0 | 19.9 | 26.1 | 32.5 |
| México | 10.7 | 9.1 | 7.3 | 9.0 | 15.1 | 31.1 |
| Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) | | | | | | |
| Costa Rica | 24.5 | 19.8 | 25.8 | 25.4 | 30.0 | 47.5 |
| El Salvador | 14.9 | 16.1 | 18.0 | 21.7 | 15.5 | 28.1 |
| Guatemala | 16.0 | 18.7 | 26.2 | 26.1 | 18.2 | 23.2 |
| Honduras | 53.8 | 47.5 | 63.2 | 56.7 | 49.4 | 43.5 |
| Nicarágua | 24.9 | 28.8 | 34.6 | 29.5 | 29.5 | 42.8 |
| Panamá | 114.1 | 86.4 | 98.0 | 106.9 | 104.3 | 86.5 |
| República Dominicana | 27.7 | 29.0 | 19.3 | 17.4 | 18.5 | 52.2 |
| América Latina * | 12.3 | 11.3 | 10.2 | 8.7 | 12.5 | 18.9 |
| América Latina (sem Venezuela) | 9.4 | 7.8 | 7.4 | 7.1 | 11.9 | 18.3 |

Quadro 2: América Latina - coeficientes de exportações 1950-1999 (valor das exportações com relação ao PIB, em dólares de 1995)

Fonte: CEPAL, 2001, p. 88.

* Inclui 19 países da região: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Rep. Dominicana, Uruguai e Venezuela.

Neste sentido, com a nova abertura comercial e com a reaproximação dos países latino-americanos, surge o que a CEPAL tem chamado de "Regionalismo Aberto" (CEPAL, 1994). A coincidência dos

processos de abertura comercial, com a revitalização da integração regional, seria, segundo a instituição, um reconhecimento histórico das idéias deste órgão, já que a instituição justificava, desde épocas anteriores, os benefícios deste tipo de política comercial. Isto seria, em outras palavras, uma aceitação da idéia de que a integração seria uma fonte de criação e não de desvio de comércio como apontam outros autores e linhas teóricas.

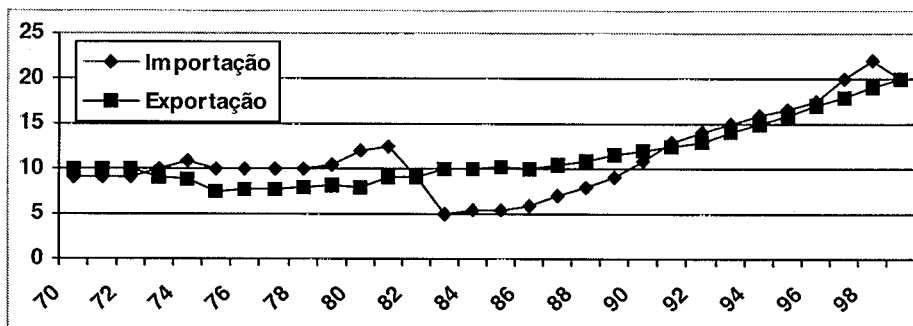


Gráfico 1: América Latina - Abertura das Economias 1970-1999 (Comércio de bens e serviços em percentagens do PIB, em dólares de 1995)

Fonte: CEPAL, 2001, p. 87.

Di Filippo observa que as transformações propostas pela CEPAL devem-se, principalmente, a dois motivos:

... em primeiro lugar, a integração econômica não está se realizando mais num processo de substituição de importações, o que se pretende hoje é uma abertura à economia mundial e contribuir com ela. Em segundo, o comércio industrial não se promove mais mediante acordos setoriais de complementação econômica com forte intervenção de burocracias governamentais na repartição das tarefas produtivas entre países, a não ser através do papel cada vez mais participativo da empresa privada. (Di Filippo, 1995, p. 135).

Com o "Regionalismo Aberto", esperar-se-ia fortalecer os vínculos inter-regionais, ou seja, haveria um processo de crescente interdependência econômica regional, impulsionando tanto os acordos regionais de integração como políticas que favoreceriam a abertura comercial e a desregulamentação, com o objetivo de aumentar a competitividade da região, e, ao mesmo tempo, constituir uma base econômica internacional mais aberta e transparente. Nesta perspecti-

va, os esforços de integração regional não constituiriam um caminho alternativo aos avanços no âmbito multilateral; pelo contrário, seria um elemento que complementaria o processo de abertura dos mercados internacionais. A CEPAL declara, ainda, que, se os cenários ótimos para que estas novas idéias sejam colocadas em prática não forem favoráveis e os efeitos do "regionalismo aberto" não possam ser verificados, esta política cumpriria, mesmo assim, um papel importante. Neste caso, tornar-se-ia um mecanismo de proteção contra possíveis pressões de mercados de fora da região.

O novo regionalismo propõe, também, que os processos de integração que estão em pauta adentrem em temas novos, tanto econômicos como sociais e políticos. Espera-se um certo amadurecimento por parte dos governos latino-americanos para poder explorar de forma eficiente o potencial da região e para consolidar os esforços para constituir o mercado regional (Ocampo, 2000, p. 5).

Segundo dados da CEPAL, durante a década de 1990, a integração latino-americana tem avançado rapidamente. Verificou-se um número elevado de acordos parciais nos diferentes processos que se encontram em andamento, como a ALADI, o Mercosul, o Mercado Comum Centro Americano, dentre outros. Estes processos em pauta estariam tendo grande alcance regional e estariam dinamizando o comércio regional.

Como resultado das políticas de abertura unilateral e preferencial aplicadas e do crescimento das economias da região, o comércio inter-regional tem-se recuperado da crise dos anos de 1980, tendo-se expandido rapidamente entre 1990 e 1997. O quadro 1 apresenta o crescimento particularmente acentuado no Mercosul e na Comunidade Andina. O comércio centro-americano também teve um crescimento rápido neste período, porém inferior ao dos blocos sul-americanos; no caso do Caricom, foi nitidamente inferior. Nos últimos anos, o comércio intra-regional sofreu um grande impacto em função das crises financeiras internacionais que se desencadearam a partir dos problemas econômicos da Ásia em 1997. Os blocos mais afetados foram os do Mercosul e os da Comunidade Andina, que tiveram um decréscimo de 26% e 30% no comércio, respectivamente. Todos estes dados podem ser melhor apreciados no Quadro 3.

| | 1990 | 1994 | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 |
|---|---------|---------|---------|---------|---------|---------|---------|
| ALADI | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 112,694 | 167,192 | 204,170 | 229,164 | 255,390 | 251,345 | 264,235 |
| Percentagem de crescimento Anual | 10,6 | 36,8 | 22,1 | 12,2 | 11,4 | -1,6 | 5,1 |
| 2. Exportações para a ALADI | 12,302 | 28,168 | 35,552 | 38,449 | 45,484 | 43,231 | 34,391 |
| Percentagem de crescimento Anual | 13,2 | 26,2 | 26,2 | 8,2 | 18,3 | -5,0 | -20,4 |
| Comunidade Andina | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 31,751 | 33,706 | 39,134 | 44,375 | 46,609 | 38,896 | 43,211 |
| Percentagem de crescimento Anual | 30,2 | 13,6 | 16,1 | 13,4 | 5,0 | -16,5 | 11,1 |
| 2. Exportações para a Comunidade Andina | 1,324 | 3,472 | 4,859 | 4,859 | 5,621 | 5,411 | 3,940 |
| Percentagem de crescimento Anual | 31,0 | 21,5 | 39,9 | -3,3 | 19,7 | -3,7 | -27,2 |
| Mercosul | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 46,403 | 61,890 | 70,129 | 74,407 | 82,596 | 80,227 | 74,300 |
| Percentagem de crescimento Anual | -0,3 | 13,9 | 13,3 | 6,1 | 11,0 | -2,9 | -7,4 |
| 2. Exportações para o Mercosul | 4,127 | 12,048 | 14,451 | 17,115 | 20,478 | 20,027 | 15,133 |
| Percentagem de crescimento Anual | 7,3 | 17,8 | 20,0 | 18,4 | 19,7 | -2,2 | -24,4 |
| Mercado Comum Centro-americano (MCCA) | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 3,907 | 5,496 | 6,777 | 7,332 | 9,275 | 11,077 | 11,633 |
| Percentagem de crescimento Anual | 9,2 | 7,2 | 23,3 | 8,2 | 26,5 | 19,4 | 5,0 |
| 1. Exportações para o MCCA | 624 | 1,228 | 1,451 | 1,553 | 1,863 | 2,242 | 2,333 |
| Percentagem de crescimento Anual | 8,9 | 6,0 | 18,2 | 7,0 | 19,9 | 20,2 | 4,1 |
| CARICOM | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 3,634 | 4,113 | 4,511 | 4,595 | 4,687 | 4,791 | 4,223 |
| Percentagem de crescimento Anual | 11,6 | 3,1 | 9,7 | 1,9 | 2,0 | 2,2 | -11,9 |
| 2. Exportações para o CARICOM | 469 | 521 | 690 | 775 | 785 | - | - |
| Percentagem de crescimento Anual | 2,9 | 2,6 | 32,4 | 12,3 | 1,2 | - | - |
| América Latina e o Caribe | | | | | | | |
| 1. Exp. Totais | 120,572 | 177,336 | 216,031 | 241,648 | 269,996 | 267,213 | 280,091 |
| Percentagem de crescimento Anual | 6,5 | 32,6 | 21,8 | 11,9 | 11,7 | -0,8 | 4,8 |
| 2. Exportações para a América latina e o Caribe | 16,802 | 35,065 | 42,740 | 46,562 | 54,756 | 51,674 | 42,624 |
| Percentagem de crescimento Anual | 8,2 | 20,1 | 21,9 | 8,9 | 17,6 | -5,6 | -17,5 |

Quadro 3: América Latina e o Caribe: exportações totais por esquemas sub-regionais de Integração (em milhões de dólares e percentagens)

Fonte: CEPAL, Divisão de Comércio Internacional e Financiamento para o Desenvolvimento, sobre a base de dados BADECEL e fontes oficiais.

Verifica-se, com os dados apresentados e com o que foi discutido até aqui, que o novo vigor tomado pela integração regional latino-americana da década de 1990 enquadra-se na estratégia do regionalismo aberto, que, por sua vez, é plenamente compatível com a abertura externa dos países, em conjunto com a participação das empresas multinacionais, como ressalta a CEPAL nas suas últimas publicações. Concretamente, o regionalismo aberto expressa uma preferência recíproca entre os membros de um acordo que não se estende ao resto do mundo. Em síntese, o regionalismo aberto seria uma forma de criar parcerias preferenciais, o que levaria ao incremento do comércio entre os membros do acordo, sem reforçar as barreiras existentes para os países do resto do mundo. Neste sentido, pode-se apontar que quatro grandes acordos regionais que estão em pauta atualmente na região se enquadram no regionalismo aberto. São eles: o Mercosul, a Comunidade Andina (CA), o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) e a Comunidade do Caribe (CARICOM), desta forma, pode-se constatar que estas propostas fazem parte das idéias formuladas pela CEPAL para a década de 1990 e podem ser enquadradas dentro delas.

É importante observar, porém, que mesmo que os processos de integração que se encontram em andamento na América latina estejam enquadrados no "Regionalismo Aberto", os novos conceitos formulados pela CEPAL em 1994 são complexos, como os propostos em décadas anteriores, e refletem os desafios que deverão enfrentar os países da região para conseguir uma melhor inserção internacional, o que é uma tarefa difícil nos moldes das idéias formuladas pela instituição.

5 Conclusões

Pode-se concluir com esta pesquisa que as propostas iniciais da CEPAL sobre integração dos países latino-americanos encontraram muitas dificuldades para serem acolhidas pelos países da região. Os motivos que fizeram com que as idéias não pudessem ser colocadas em prática na sua totalidade foram várias, a saber, de ordem estrutural, política e cultural. Mesmo com estes problemas, pode-se dizer que as idéias Cepalinas de 1950 produziram um efeito positivo e importante nos países latino-americanos, o que os teria levado a iniciar algumas tentativas integracionistas. Nas décadas posteriores, principalmente nas de 1970 e 1980, esta proposta perdeu um pouco seu sentido em função dos problemas vividos pelos países latino-americanos, o que teria leva-

do a uma desestruturação destes países e a fazer com que eles se voltassem mais para suas próprias economias do que para estabelecer acordos regionais. Já entrando na década de 1990, aconteceu uma retomada das propostas de integração na América Latina, e a CEPAL cria um novo documento no qual salienta, uma vez mais, todos os benefícios de estabelecer um comércio regional via integração. As idéias renovadas da instituição são intituladas de "Regionalismo Aberto", que seria uma forma ampliada e revisada das velhas idéias de integração da CEPAL.

Esta nova proposta integracionista da CEPAL, que faz parte do que alguns autores chamam da "Nova CEPAL", demonstra que a integração regional é possível se assentada no "Regionalismo aberto", que existe um futuro promissor se houver vontade política dos países envolvidos em realizar esta proposta. Por outro lado, postula-se que é necessário que seja levado em consideração que os diferentes processos de integração que estão em pauta não sejam antagônicos entre si, pelo contrário, podem ser complementares. Também releva-se a problemática da globalização: os acordos regionais somente poderão sobreviver a este novo contexto mundial se tiverem suficiente capacidade de articulação e se houver aprofundamentos dos acordos entre os países envolvidos.

Em síntese, a consolidação dos processos de integração em curso, a sua transição para mercados comuns e a sua gradual convergência para formar áreas de maior tamanho relativo são alguns dos desafios que a CEPAL destaca como de grande importância neste período. Chama-se a atenção para a necessidade de que existam instituições fortes para estabelecer confiança entre os parceiros regionais e respeitar as especificidades de cada país, de acordo com seu grau de desenvolvimento e tamanho, fato este que Raúl Prebisch discutia desde o começo da instituição, o que denota que a matriz principal da instituição não foi perdida por completo. Sendo assim, o desenvolvimento destes mecanismos poderá ou condicionar fortemente a consolidação do processo de integração latino-americano, ou levar ao seu fracasso.

Referências Bibliográficas

CEPAL. *Transformación productiva com equidad. La tarea prioritaria del desarrollo de América Latina y el caribe en los años noventa*. Santiago de Chile, Publicaciones del las Naciones Unidas, 1990.

_____. *Regionalismo abierto en América Latina y el caribe. La integración económica en servicio de la transformación productiva com equidad*. Santiago de Chile, Publicaciones del las Naciones Unidas, 1994.

- _____. *Panorama de la Inserción Internacional de América Latina y el Caribe 1999-2000*. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, 2001.
- DI FILLIPO, Armando. *Globalización y Comercio Sur-Sur*. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, 1998.
- DI FILLIPO, Armando e FRANCO, Rolando. *Integración regional, desarrollo e equidad*. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, 2000.
- _____. *Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina*. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, 1999.
- FERRER, Aldo. "América Latina y la globalización". Santiago de Chile, *Revista de la CEPAL*, número extraordinario. CEPAL cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe, 1998.
- FROMIN, Luis. "La mano invisible de la CEPAL en Chile". Santiago de Chile, *Revista Qué Pasa*, 10 de Junho 2001.
- GURRIERI, Aldo. *La Obra de Prebisch en la CEPAL*. México D.F, Fondo de Cultura Económica, 1982.
- HAFFNER, Jacqueline A. H. *CEPAL: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1996.
- MACADAR, Beky Moron de. *A integração Latino Americana - da ALALC ao Mercosur*. Porto Alegre, UFRGS, Dissertação de Mestrado, 1992.
- OCAMPO, José Antonio. *Foro Comemorativo de los cincuenta años de la CEPAL: Nuestra agenda*. Santiago de Chile, Publicaciones de las Naciones Unidas, 1998.
- _____. *Pasado, presente y futuro de la integración regional*. Santiago de Chile, CEPAL, 2000.
- PREBISCH, Raul. *O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus principais problemas*. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Economia, FGV, 1949.
- _____. *La Política Comercial en los Países Insuficientemente Desarrollados - Desde el Punto de Vista Latinoamericano*. Santiago de Chile, Revista de Economía, 1959.
- _____. *El Mercado Común Latinoamericano*. Santiago de Chile, CEPAL, 1959.
- SUNKEL, Osvaldo. "Desarrollo e integración regional: otra oportunidad para una promesa incumplida?" Santiago de Chile, *Revista de la CEPAL*, número extraordinario. CEPAL cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe, 1998.
- SALAZAR, José Manuel. "El resurgimiento de la integración y el legado de Prebisch". Santiago de Chile, *Revista de la CEPAL*, núm 50, 1993.
- TAVARES, Maria da Conceição. "La CEPAL y la integración económica de América Latina". Santiago de Chile, *Revista de la CEPAL*, número extraordinario. CEPAL cincuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe, 1998.